



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - DCI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO– PPGCI**

Denise Cristina Belam Fioravanti

**A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: uma análise da
produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus***

**Marília,
2019**

Denise Cristina Belam Fioravanti

**A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: uma análise da
produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus***

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Daniel Martinez-Ávila

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

**Marília,
2019**

F517p Fioravanti, Denise Cristina Belam
A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: :
uma análise da produção científica brasileira indexada na base
de dados Scopus / Denise Cristina Belam Fioravanti. -- Marília,
2019
55 p. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Daniel Martinez-Ávila

1. Produção do conhecimento. 2. Bibliometria.. 3.
Movimentos Sociais. 4. Feminismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Denise Cristina Belam Fioravanti

A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus*

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Marília, 22 de fevereiro, 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Suellen Milani
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dra. Caroline Luvizotto
Universidade estadual Paulista (UNESP)

Dedico meu trabalho a todas as mulheres que buscam mais de suas vidas!

Para elas tenho um recado: O tempo passa de qualquer maneira, então comece hoje e nunca desistam!

Agradecimentos

É muito difícil escrever em poucas palavras, tantos agradecimentos. Durante minha vida dentro da Universidade foram muitos amigos, colegas e conhecidos que sempre carinhosamente me estenderam a mão, prova disso, é que hoje mais uma etapa da minha construção acadêmica chega ao fim. Mas existem aqueles que certamente fizeram a diferença, então vou tentar resumidamente colocar uma parte daqueles que foram anjos na minha vida. Quero agradecer a meu orientador por ter acreditado e investido seu tempo e seu conhecimento em mim, agradeço a oportunidade de ter sido sua orientanda e espero não o ter decepcionado. Agradeço minha família por toda paciência (sei que não foi pouca) que tiveram comigo ao longo desses anos, meu marido Fernando que foi o maior incentivador para que tentasse uma vaga no mestrado e me deu condições para poder concluir o mestrado, Fernandão Te amo! Ainda vou te encher de orgulho!!!! Meus filhos Fernanda, Gustavo e Renata, esse trabalho é resultado de todo aprendizado que vocês ajudaram construir, saber os adultos que vocês se tornaram, a maneira que tomam decisões em situações difíceis, me faz ter a certeza de estar no caminho certo, pois meu primeiro ambiente como educadora é minha casa, e sou uma mãe cheia de orgulho. A CAPES por financiar meu trabalho, me proporcionando uma bolsa de mestrado para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa e ao desenvolvimento da minha dissertação, ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília. Minha banca Professoras Suellen Millani e Caroline Luvizotto, uma das minhas maiores alegrias é ter conhecido Mulheres tão competentes, maravilhosas e dispostas, obrigada por toda contribuição para que esse trabalho fosse desenvolvido, quando crescer quero ser como vocês! Meu grande amigo e companheiro de pesquisas Francisco Arrais Nascimento, obrigada por todas as aulas regadas a café com bolo, nossas conversas e discussões muitas vezes foram mais importantes que aulas e textos, com você aprendi que tudo pode ser melhor, mas para isso é necessário que sejamos fortes, admiro sua força e conhecimento!! Agradeço a minha mãe por todo amor e pelas orações, minha sogra Cintia Trad pela força e torcida!!!

Meu muito obrigada a todos aqueles acreditaram e mim, uma etapa chegou ao fim, mas outra está apenas começando! Que venha o DOUTORADO!!!!

“Fisicamente a mulher é diferente do homem, mas Deus a dotou das mesmas capacidades intelectuais e espirituais que o homem. Deus não criou Eva para ser inferior a Adão nem dominada por ele, mas para corresponder e cooperar com ele.”

(Gênesis 2:18).

A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus*

RESUMO

Objetiva-se com este estudo compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados *Scopus* e entender como o feminismo vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira. Através da Análise Bibliométrica identificou-se a produção científica da informação de natureza feminista e/ou que utilize o feminismo enquanto objeto, tomando por fonte a base de dados *Scopus*, onde sob o recorte cronológico de 1999 a 2018, identificou-se os documentos indexados pela base de dados que apresentam o termo *Feminism* em seu título, palavras-chave e resumos. Com isso, se pode vislumbrar as principais vertentes da pesquisa acerca do feminismo, como também visualizar como o mesmo vem sendo trabalhado nos mais diversos campos de estudo, de forma a reconhecer o aspecto social presente na produção do conhecimento. Compreende-se que a produção sobre a temática feminista está fortemente ligada aos movimentos sociais para além dos ganhos políticos, econômicos e culturais advindos das demandas de tais movimentos, que adentram a academia e se consolidam de forma a auferir um maior espaço e com isso uma maior visibilidade para a temática. Ressalta-se casos como o da Universidade de São Paulo - USP, sem dúvida a instituição com número de publicações, onde com o intuito de implementar trabalhos direcionados à igualdade de gênero contribui socialmente e academicamente com produção acerca da temática impulsionada pelo movimento feminista onde de forma singular apresentam espaços democráticos nas instituições supracitadas, o que fica comprovado por meio da larga produção e da própria atuação de tais instituições nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Esta dissertação foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, campus de Marília, na Linha 2 "Produção e Organização da Informação, com auxílio da CAPES.

Palavras-chave: Produção do conhecimento. Bibliometria. Movimentos Sociais. Feminismo.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand the domain of feminism based on the Brazilian scientific production indexed by the Scopus database, as well as to understand how feminism has been approached by the Brazilian scientific community. Using Bibliometric Analysis, we identified the scientific production on feminism in the Scopus database, limited to the period 1999-2018, that include the term Feminism in its title, keywords or abstracts. Provided this, it was possible to identify the main characteristics of the publications on feminism, as well as to visualize how this topic was studied in the different fields, also allowing to recognize the social aspect that are present in the production of knowledge. We understand that the scientific production on feminism is strongly linked to social movements that go beyond the political, economic, and cultural advancements that arise from the demands of such movements, which also permeate the academia and are consolidated in order to gain a larger space and greater visibility for the topic. There are cases such as the University of São Paulo (USP), the institution with a greater number of publications, in which the objective to implement works aimed gender equality contributes socially and academically to the production on the topic promoted by the feminist movement. These cases, in a unique way, present democratic spaces in these institutions that result in a wide production and a characteristic performance in the areas of teaching, research, and service. This dissertation was presented at the Post-Graduate Program in Information Science at UNESP, Marília campus, Line 2 "Production and Organization of Information", granted by CAPES.

Key words: Knowledge production. Bibliometric. Social movements. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Nuvem de Tags oriunda das Palavras-chaves	40
Figura 2: Evolução do número de documentos por ano	41
Figura 3: Ranking das dez instituições mais produtivas	45
Figura 4: Distribuição de documentos por área de conhecimento	46
Figura 5: Representação da Classificação das palavras-chave que compõe a amostra do estudo.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAISM.....	Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher
CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD.....	Crossdressers
CI.....	Ciência da Informação
CNPq.....	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEN.....	Coordenadoria de Centros e Núcleos
FCM.....	Faculdade de Ciências Médicas
LGBTQI.....	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexuais entre outros em inconformidade com a heteronormatividade.
NIEM.....	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero
NIGS.....	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
OMS.....	Organização Mundial de Saúde
ONG's.....	Organizações Não Governamentais
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PME.....	Planos Municipais de Educação
PPGCI.....	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
UFRGS.....	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unesp.....	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP.....	Universidade Estadual de Campinas
USP.....	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA.....	24
3 MOVIMENTOS SOCIAIS, FEMINISMO E INFORMAÇÃO	25
3.1 Movimentos sociais	25
3.2 Feminismos: histórico e conceito.....	27
3.3 Informação na primeira Biblioteca Feminista do Brasil	32
4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DAS E PARA MULHERES.....	36
5 DISCUSSÃO E RESULTADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 Introdução

Este trabalho foi realizado para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – PPGCI - UNESP, campus de Marília. A temática do trabalho se encaixa nos Estudos Feministas enquanto subárea do domínio Estudos de Gênero, e suas vertentes incluídas pela base de dados *Scopus*, considerada uma das mais prestigiosas e abrangentes bases de dados no meio acadêmico. Ao imergir nos Estudos Feministas enquanto subárea do domínio Estudos de Gênero, se pode vislumbrar todo um construto histórico que compõe uma multifacetada área regida por uma ideologia que se apresenta de forma distinta em cada uma das múltiplas vertentes. Historicamente há uma construção social, cultural, política e econômica sobre e em torno do gênero enquanto alicerce das discussões que se desdobraram, em tempos hodiernos, no que se pode nomear de Movimento Feminista. Ressalta-se que a compreensão acerca do Movimento Feminista se faz necessária ante o avanço das discussões dos Estudos Feministas também em um nível científico, de forma a reforçar o lastro de compreensão do leitor acerca do debate que norteia tal estudo.

Uma vez que, a divisão binária de gênero (Masculino e Feminino), aloca as partes sob a égide de discursos hegemônicos estruturados como forma de reprodução de padrões estéticos e comportamentais arraigados no patriarcado, machismo e na heteronormatividade, o que faz com que não apenas o Gênero, mas as sexualidades sejam alocadas enquanto dispositivo de controle social. Esta divisão faz uso da invisibilidade, do silenciamento de discursos e do apagamento como forma de pena para aqueles que destoam da norma vigente, punindo, cerceando direitos e alocando no marginalia os sujeitos que não se enquadram nos padrões vigentes ou que não se adequam ao proselitismo social adotado enquanto norma.

É necessário pontuar que o domínio das Sexualidades para além do Gênero configura-se como um domínio plural, dadas as suas multifacetadas manifestações e representações, para além de sua volatilidade uma vez que as sexualidades enquanto construtos sociais não se apresentam de forma fixa e imutável. Denizart (1997, p. 9) afirma que “a sexualidade é ‘uma fantasia passageira’, a ser usufruída como bem a entendemos”. Assim, alicerçando-se sob esse discurso em tempos hodiernos, pode-

se observar o emergir de Identidades de Gênero tais como *Crossdressers* (CD)¹, *Drag Queens*, *Drag Kings*², que apresentam uma natureza fronteira entre os gêneros binários (Masculino e Feminino), portanto, apresentam uma relação com o feminino.

Sobretudo, salienta-se que existem identidades de gênero que se constituem de múltiplos gêneros, assim como também a ausência de gênero, a parcialidade de gênero, entre outras manifestações identitárias, onde se pode identificar algumas dessas identidades de gênero como forma de ilustração, uma vez que as mesmas não são foco do estudo aqui apresentado, mas que permeiam o estudo uma vez que Gênero e Sexualidade são associados na literatura e em muitos casos confundidos devido a não naturalização dos mesmos e da quantidade de novas identidades tanto de gênero quanto sexuais que povoam as fronteiras estabelecidas entre os gêneros binários.

Essa ampla tipologia amplia as fronteiras do fenômeno e lança luz sobre as zonas de sombra da sociedade, fazendo-se perceber o aparato sociocultural do qual emergem atores que podem modificar a forma como as relações estabelecidas socialmente são representadas, visualizadas e compreendidas, para além da narrativa histórica eleita que apresenta preconceitos e antipatias, sendo norteadas por proselitismos sociais e com isso certificando estereótipos. Tal debate, tem grande influência nas demandas não só do Movimento Feminista nas últimas cinco décadas, mas também no Movimento LGBTQI e no próprio Movimento Negro que tem outras agendas dadas suas construções históricas, o que também tem sido traduzido por reivindicações, teorias, metodologia e pesquisas voltadas a estes grupos específicos na organização do conhecimento (MARTÍNEZ-ÁVILA et al.; 2016).

Toda memória é construída por uma sociedade. Halbwachs (2006) afirma que a memória é o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um contexto de recordações comuns a determinado grupo, ou seja, só tem razão para um conjunto

¹ Termo referente a pessoas que vestem roupas ou usam objetos associados ao sexo oposto, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), masculina (para as mulheres), motivos profissionais, para obter gratificação sexual, ou outras. O *crossdressing*, não está relacionado à orientação sexual nem a transexualidade, um *crossdresser* pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual.

² Artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Chama-se *Drag Queen* o homem que se veste com roupas exageradas femininas estilizadas, e *Drag King* a mulher que se veste como homem. Os primeiros registros apresentam-se como “Dr. A.G.” (*Dressed As a Girl*, traduzido por “vestido como uma garota”) sigla utilizada por William Shakespeare para diferenciar seus atores no roteiro das peças.

de indivíduos que fazem parte do mesmo meio social.

A memória compartilhada por grupos classificados como marginais procura através de relatos, tornarem suas experiências fatos importantes para a história. Neste contexto pode-se destacar que a construção da memória ocorre em condições de interesses de poder, onde o dominante dita o que deve e o que não se deve ser lembrado pelo sujeito dominado. Essa seleção está em constante negociação com a memória individual de sujeitos ou de grupos (HALBWACHS, 2006).

Para Ricoeur (2007), a memória individual é tão somente a constituição da memória presente em cada indivíduo, uma combinação desordenada das memórias adquiridas em diferentes grupos nos quais ele sofre influência, isso justificaria em grande parte, porque algumas pessoas guardam memórias diferentes de outras. Neste sentido, não é senão “a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (RICOEUR, 2007, p.130).

Michael Pollak (1989, p.4) nomeia períodos de silenciamentos sociais de memórias subterrânea³ para que atos ou atitudes revolucionárias depois de um grande período silenciadas, possam cair no esquecimento.

No contexto histórico de cidadania, experiências antes silenciadas, ganharam força e foram julgadas importantes de serem narradas como forma de disseminação e estudo. Através de práticas sociais, culturais e religiosas, situações escondidas por aqueles que detinham o poder, puderam ser conhecidas e incluídas nos discursos históricos. Práticas femininas foram conhecidas, começando pelos movimentos das trabalhadoras e militantes, históricas⁴, prostitutas, bruxas⁵, parteiras, as loucas⁶, domésticas entre outras. Segundo Rago (1998, p. 14) "a ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos

³ “Memórias Subterrâneas” análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, muitas vezes estratégia para a consolidação de projetos de poder.

⁴ Durante um tempo a histeria foi encarada como uma doença que seria causada por um “mal feminino”. Não queria casar? Histórica. Não se interessava por homens? Histórica. Queria estudar e trabalhar? Histórica. Mulher independente? Histórica. Ou seja, ser histórica no final dos anos 1800 e início dos anos 1900, era também desviar das categorias normativas de gênero, entre outras coisas. Muito tentou se fazer para “curar” a histeria, como por exemplo, retirar o útero ou terapias de choque.

⁵ As bruxas representam para o movimento feminista não somente resistência, força, coragem, mas também a rebeldia na busca de novos horizontes emancipadores.

⁶ Muitas mulheres foram arrastadas para manicômios com a intenção de serem silenciadas, eram taxadas de loucas, perdiam o controle de seus corpos. Essa era uma das formas de dizer que as mulheres não poderiam fazer o que elas quisessem.

movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento".

Muito à frente do seu tempo surge em 1833 na sociedade Francesa, Flora Tristan, uma jornalista militante que lutou contra um marido possessivo e se tornou a única provedora de sua família, vítima de preconceitos sentiu na pele a sensação de não se enquadrar nos moldes sociais de sua época, mas procurou de todas as maneiras por mudanças sociais e ideológicas, a escrita foi para Flora Tristan uma forma de reivindicar causas femininas e de ideais pela justiça social.

As primeiras discussões científicas geradas em relação ao conceito de gênero, surgem na década de 50, quando o Dr. John Money, da Universidade John Hopkins, utiliza o estudo da redesignação sexual em pessoas intersexuais, nesse momento ele levanta o questionamento sobre indivíduos que nascem com uma genitália indefinida, chegando à conclusão que, a questão do gênero não está ligada ao genital como fator de construção de gênero, mas sim com ideias pensadas de maneiras diferentes. É necessário conhecer abordagens que tratam a questão de gênero fora do contexto homem e mulher, onde as relações partem de indivíduos que não se encaixam perante termos propostos pela sociedade, como é o caso de transexuais e travestis que apesar de carregarem dentro de si uma característica, não podem exercer o seu papel de escolha por não estarem presentes dentro de padrões normativo, sendo assim, entende-se a categoria de gênero como um sistema binário, dicotômico, onde se digo que você é homem, automaticamente você não pode ser mulher, o que nos passa a ideia que somos classificados de acordo com os aparelhos reprodutores e não por nossa identidade de gênero.

Na década de 1960 os estudos de Michel Foucault sobre o poder, o sexo e a sexualidade, resultaram em um importante cenário em que o sexo pode ser desnaturalizado, passando a ser investigado como uma essência discursiva construída ao longo da história.

Em 1970 sempre articulados com movimentos sociais e populares surgiram ações que lutavam por moradias, melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, somados aos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias (MATOS; OLIVEIRA, 2017, p. 288).

Segundo Narvaz e Koller (2006, p.648) "[...] o feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes". Surgiram mulheres que buscavam a transformação e levavam o conhecimento às demais companheiras. Começava então os movimentos femininos e assim "[...] abriram escolas, publicaram livros e enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever" (DUARTE, 2003, p.153).

Pedro (2005, p.78) afirma que as relações existentes entre sexo e gênero são fruto de uma vertente cultural, onde através dos movimentos feministas que surgiram a partir dos anos 1980, a palavra gênero foi adotada no lugar de sexo. Ao mesmo tempo muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino.

A separação de sexo/gênero é suporte para as discussões da política feminista. Os comportamentos sociais imputados a homens e mulheres são marcados pelas diferenças culturais. O papel destinado ao homem sempre foi de superioridade em relação ao designado às mulheres, isso parte de uma cultura patriarcal enraizada, onde a mulher é entregue a papéis de submissão.

Para Butler (2003), discutir essa relação, foi o início para seus questionamentos em relação às mulheres como sujeito do feminismo. Estas duas categorias sempre estão presentes nessas discussões, pois se entende gênero como as relações sociais e culturais construídas entre as pessoas que, segundo Joan Scott, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Esta autora entende também que "[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1988, p. 7-14).

Logo, conceituar e identificar historicamente a construção do Movimento Feminista faz com que seja vislumbrado o norte do estudo no campo não apenas da memória, mas também da Ciência da Informação (CI) como forma de sedimentação do conhecimento para que o mesmo venha a servir de alicerce para estudos futuros na área.

O destaque dado à área da Ciência da Informação, é devido ao esforço para enfrentar os problemas de organização e disseminação do conhecimento registrado, que teve acentuado crescimento desde a invenção da imprensa, apresentando desde então um crescimento exponencial. Compreende-se que os objetos da Ciência da Informação, fazem parte de um processo dinâmico de desenvolvimento, constituído de relações com outras áreas do conhecimento, como as ciências Humanas, Sociais e Exatas, o que estimula uma relação de interação entre áreas que propicia uma abordagem, que perpassa as mais diversas áreas com o objetivo de compreender, organizar, preservar e disseminar a informação.

Assim, Saracevic (1996) afirma que a Ciência da Informação, configura-se como campo interdisciplinar de conhecimento, uma vez que responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos. Nesse sentido, nas subáreas da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central no cenário contemporâneo e em que nos voltamos para a representação, classificação e a própria preservação da memória nas suas mais variadas vertentes. Esse recorte é norteado pelas contribuições de Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002) que segundo Pinho (2010, p.4) “[...] versa sobre o entendimento do objeto de estudo da CI – a informação registrada e socializada – por meio da análise dos domínios do conhecimento como um todo ou de comunidades discursivas, sendo como uma das abordagens os estudos terminológicos”.

Deste modo, ao voltarmos-nos para a Ciência da Informação, sob a ótica de sua conceituação e prática em Borko (1968), alinhado com o referencial da Organização do Conhecimento, sob as linhas de Hjørland (1995, 1997) que expõe em sua teoria, afirmando primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas (*discourse communities*). Estas comunidades não são entidades autônomas, mas distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, e constituintes da sociedade moderna. Naturalmente, concatenadas às dimensões culturais e sociais.

No contexto da Organização do Conhecimento, Brascher e Café (2008, p. 6) apontam que: “à organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de

modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. De acordo com o estudo das autoras estão permeadas pela análise do conceito e visando desenvolver mecanismos de representação do conhecimento, de modo que estes conceitos possam delinear a construção de um dado domínio, em consonância com o entendimento apresentado por Esteban Navarro e García Marco (1995) de organização de conhecimento: um complexo rol de atividades que se estende desde a produção e socialização do conhecimento, por meio dos documentos criados para registrá-lo, conservá-lo e transmiti-lo, até o seu uso, abrangendo os processos ligados à representação de conteúdo, os quais se valem e um conjunto de procedimentos, instrumentos e produtos, de modo a garantir a geração de novo conhecimento.

No universo da Ciência da informação e do conhecimento, existem estudos que trabalham a questão de gênero e feminismo de forma igualitária, tanto que em vários artigos indexados dúvidas surgiram no momento da recuperação. Conhecendo essas diferenças podemos afirmar a existência de uma produção científica com temática e/ou objeto feministas claramente indexados pela base de dados *Scopus* para que possam servir de base em estudos científicos?

A Capes⁷, através de seu portal de periódicos promove o acesso a documentos científicos em mais de 45 mil publicações, nacionais e internacionais em diversas bases de dados, bases que contemplam desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos, como todas as áreas do conhecimento, incluindo uma vasta seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica, tendo como funções a análise de resultados, identificação de autorias e filiações, análise de citações, análise de publicações, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Físicas e Ciências Sociais, desde 1823 até o presente. Conseqüentemente um ambiente onde pode-se encontrar indexado qualquer objeto ou temática a ser estudado.

O objetivo geral do trabalho é compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados *Scopus*.

A pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a produção científica (artigos) indexados pela base de dados *Scopus* que apresentam temática e/ou objeto feminista/feminismo;
- Caracterizar o perfil da produção científica;

⁷ http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection

- Identificar como essa produção constitui-se historicamente;
- Ressaltar a importância e potencial da produção sobre Feminismo

dentro da ciência da informação.

Esta pesquisa justifica-se, pois, estima-se que a maioria dos estudos sobre feminismo vem sendo realizados por autores comprometidos com movimentos sociais, aumentando o número de pesquisas realizadas na última década. Ao contrário do que muitos acreditam, o feminismo não é a busca da superioridade da mulher em relação aos homens, mas sim, a busca de equidade entre os gêneros binários. Dessa forma compreender que a construção histórica na qual todo o discurso social fora arraigado tem em si toda uma carga de silenciamentos, cerceamento de direitos e de subalternização da mulher como sujeito que é assujeitada não apenas socialmente, mas em uma hierarquia que tem sua gênese no machismo, na heteronormatividade e no próprio cristianismo.

Busquei nesta pesquisa a resposta de muitos dos conflitos existentes dentro de minha vida e ao redor dela, como sempre fui mãe, esposa e dona de casa, estudar me parecia um sonho distante, queria algo novo, algo mais para minha vida. No ano de 2012 prestei o vestibular para Biblioteconomia e a paixão pela pesquisa tomou conta dos meus interesses, em 2015 já formada senti a necessidade de buscar algo mais e hoje consigo ver claramente a pesquisa e o estudo do tema me libertaram de cercamentos e de problemas que me acompanharam por toda a vida, como contribuição a todo conhecimento adquirido, espero que esse trabalho sirva como uma porta a mulheres que não conhecem suas reais habilidades.

Segundo Capurro (2003), o objeto da Ciência da Informação é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuários. Entre essas comunidades de usuários, destacamos as mulheres, grupo que tem em comum a vivência do feminino, é sincronizado em linguagem e conhecimento construído socialmente atrelado a dimensões culturais, sociais e históricas. As mulheres constituem um grande público consumidor de informações, cujo comportamento merece ser investigado. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP situa na ementa da linha de pesquisa Produção e Organização da Informação o universo da presente pesquisa:

Considerando a informação registrada e institucionalizada como

insumo básico para a construção do conhecimento no contexto da Ciência da Informação, destaca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e aplicados, de natureza interdisciplinar, acerca da produção e da organização da informação. A produção da informação é abordada sob os eixos da produção científica (avaliação do comportamento da ciência) e da produção documental (Diplomática contemporânea) e a organização da informação é abordada a partir dos processos de análise, síntese, condensação, representação, e recuperação do conteúdo informacional, bem como das competências e comportamentos informacionais do usuário inerentes a tais processos. A dimensão teórica que fundamenta a produção e a organização da informação encontra subsídios na organização do conhecimento (notadamente em suas relações interdisciplinares com a Lógica, a Linguística, a Terminologia, a Semiótica e a Análise de Domínio) e na teoria da ciência, enquanto a dimensão aplicada se efetiva a partir dos estudos métricos (Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria), de tipologia documental, dos instrumentos e produtos de organização da informação, e das questões de formação e atuação profissional na área (PPGCI/UNESP).⁸

Neste contexto, surge através da hierarquia estabelecida socialmente entre os gêneros, um dos principais problemas enfrentados, o da Violência de Gênero. A Violência de Gênero é aquela que destrói todas as expectativas presentes nos direitos humanos, ela pode ser propagada através das desigualdades hierárquicas, garantindo a submissão, o poder de um indivíduo perante ao outro, enfim todas as formas de dominação perante raças, etnias, orientação e escolhas. Hoje a violência contra mulher é reconhecida como violência de gênero, esses termos são fatores que classificam as diferenças entre homens e mulheres, sejam eles impostos pela sociedade machista ou herdados por culturas patriarcais que dominam as relações e se julgam superiores por serem de outro sexo.

Considerada uma das formas mais graves de discriminação, a violência de gênero pode ser manifestada de várias formas, como estupro, prostituição forçada, assédio sexual, violência psicológica, inferiorização... Compreender o fenômeno da violência contra a mulher é reconhecer a discriminação histórica da mulher, que tem aprofundado as relações de desigualdade econômicas sociais e políticas entre os sexos, na qual a mulher ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem. Assim sendo, a falta de igualdade é que torna a mulher vulnerável à violência e em especial a violência no âmbito doméstico e das relações intrafamiliares, que acarretam sérias e graves consequências não só para o seu desenvolvimento

⁸<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/apresentacao/>

pessoal integral e pleno, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento econômico e social do país. Segundo o Banco Mundial, no mundo, um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas e a cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência (RIBEIRO & COUTINHO, 2011).

É importante esclarecer que a teoria de gênero procura diferenciar o sexo biológico dos papéis direcionados a homens e mulheres, sendo assim iniciou-se a procura da igualdade de direitos perante a sociedade, essa categorização mudou a terminologia em diversas legislações, apesar de muito ainda ter que ser trabalhado, nesse momento iniciou-se discussões importantes como a de planos de educação no Brasil. Um exemplo é a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que prevê em seu art. 8º, VIII e IX, a responsabilidade conjunta entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de ações que tenham como diretrizes “programas educacionais com a perspectiva de gênero [...]; o destaque, nos currículos escolares à equidade de gênero”. Esta incorporação nos currículos pode ter sido traduzida em uma maior produção científica indexada a partir deste ano, hipótese que será testada nesta pesquisa.

A estrutura do presente trabalho é a seguinte: após a introdução, no capítulo 2 caracterizou-se a Metodologia como uma pesquisa quali-quantitativa e do tipo exploratória, utilizando-se das técnicas de Análise Bibliométrica e Análise de Domínio para apresentação das seguintes etapas: Coleta da produção sobre o feminismo na base *Scopus*; Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil; Análise de bibliométrica dos artigos sobre feminismo no Brasil. O Capítulo 3 abordou-se os Movimentos Sociais, o Feminismo e a Informação todos no mesmo contexto e de maneira individual para melhor entendimento sobre o Tema. na Seção 3.1 Movimentos Sociais, trazendo para a dissertação as várias áreas do conhecimento e sua representatividade em grupos sociais, na diversidade cultural, na desigualdade social, nas demandas das minorias, nas políticas públicas e as relações sociais de modo geral. Na Seção 3.2 Feminismos: histórico e conceito, ter conhecimento deste contexto se faz necessário a fim de reconhecer algumas particularidades do feminismo como um movimento político coletivo, de caráter internacional semelhante e pluralizado, onde as análises são capazes de representar a realidade. Seção 3.2

Informação na primeira Biblioteca Feminista do Brasil inaugurada em São Paulo a primeira biblioteca Feminista do Brasil está localizada em Guaianases, zona leste da capital, recebeu o nome da escritora Cora Coralina. Trata-se de um local amplo decorado produzidos por mulheres, onde além de exposições também acontecem palestras e oficinas sobre diversos assuntos destinados ao público feminino. Seção 3.3 Organização do conhecimento e representação das e para mulheres destaca-se a atuação do bibliotecário no tratamento temático e a representação para melhor recuperação da informação e sua responsabilidade em nomear a informação com total isenção de preconceitos e conferir uma inscrição ao seu conteúdo, devendo ser um trabalho imparcial, objetivando a recuperação da informação por parte dos usuários. No Capítulo 4 é feita Apresentação e discussões dos resultados onde por meio da análise de domínio foi possível verificar o que é efetivamente importante ou significativo na base de dados *Scopus* de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos foram destacados. Por fim as Considerações finais onde por meio do estudo das relações entre os dados coletados, caracterizou-se a produção científica, que apresenta o Feminismo como Tema ou Objeto de estudos, conhecendo assim todas as áreas do conhecimento que tratam as vertentes feministas dentro da *Scopus*, construindo um processo social amplo no campo da produção do conhecimento.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se enquanto quali-quantitativa e quanto aos fins é do tipo exploratória, utilizando-se das técnicas de Análise Bibliométrica e Análise de Domínio.

A Ciência da Informação apresenta métodos nas áreas de Organização do Conhecimento e Produção Científica, que serão utilizadas nesta pesquisa.

A Análise de Domínio como proposta metodológica, apresenta aspectos epistemológicos, ontológicos e até mesmo sociológicos, a partir de trabalhos teóricos e aplicados por Hjørland e Albrechtsen (1995); Moya-Anegón e Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004, 2017), Tennis (2003), Smiraglia (2011, 2012, 2015) e Guimarães (2014).

No tocante aos estudos de Produção Científica, a pesquisa fará uso de Análise Bibliométrica norteando-se pelos trabalhos de Bufrem et al. (2013)

Portanto, a pesquisa desenvolveu-se nas seguintes etapas:

Etapa 1 – Coleta da produção sobre o feminismo na base *Scopus*;

Etapa 2 – Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil;

Etapa 3 – Análise de bibliométrica dos artigos sobre feminismo no Brasil.

Na primeira etapa foi realizada uma busca com o termo *Feminism* na base Scopus em abril de 2018 utilizando o termo em língua inglesa, a fim de recuperar um maior número de documentos, uma vez que se trata de uma base internacional.

Enquanto estratégia foi solicitada a busca do termo nos metadados título, resumo e palavras-chave e como resultado foram recuperados 17.672 documentos. Posteriormente foi feito um refinamento selecionando enquanto tipo de documento apenas os Artigos, que resultou no total de 11.791 documentos e em seguida o país, selecionando o Brasil resultando no total de 167 documentos (Todas informações no apêndice 1), que é o corpus da pesquisa. Delimitado o universo da pesquisa, julgou-se necessário armazenar todos os artigos para uma análise mais detalhada com a finalidade de identificar possíveis repetições e assim excluí-los.

3 Movimentos sociais, Feminismo e Informação

A Ciência da informação é um campo interdisciplinar que estuda dados informacionais, como a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação até o processo de transformação de dados em conhecimento. Apesar de ser uma ciência interdisciplinar, são poucas as discussões a respeito dos movimentos sociais, como é o caso das mulheres, feministas, gays e de lésbicas dentro do universo científico brasileiro.

Nos anos 1990 com a globalização e a realização de várias conferências Mundiais das nações Unidas a sociedade teve acesso às mais complexas identidades culturais presentes e representadas, possibilitando diálogos multiculturais. Com a diversidade social, o aumento de protestos, a consolidação dos padrões de atuação institucional nas diferentes esferas governamentais, intensificam-se os Movimentos Sociais. Este capítulo apresenta os conceitos de feminismo e o situa enquanto movimento social.

3.1 Movimentos sociais

Estudos sobre movimentos sociais estão presentes em várias áreas do conhecimento e representam importante reflexão sobre os grupos sociais, sobre a diversidade cultural, a desigualdade social, as demandas das minorias, as políticas públicas e as relações sociais de modo geral.

De acordo com Luvizotto, Amôr e Caldeira (2018, p. 620), os movimentos sociais podem ser considerados como "fontes de inovação, geradoras de saberes e possuem caráter democrático e cidadão, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana". Uma das grandes demandas dos movimentos sociais é promover a democratização das relações sociais e a redefinição de papéis sociais, discursos e identidades, por meio da luta, das redes de articulação entre os sujeitos sociais e os processos de construção do conhecimento.

Autoras como Maria da Glória Gohn (2012) e Ilse Scherer-Warrwn (2014) consideram os movimentos sociais como uma ação social coletiva, caracterizada pelo agrupamento de pessoas que se identificam em torno de uma causa ou demanda específica. Ainda, as autoras destacam que os movimentos sociais possuem estrutura, sociabilidade e mecanismos de ação próprios de acordo com cada época e

circunstância e segundo Luvizotto, Amôr e Caldeira (2018, pp. 621-622), "[...] é por meio das ações empreendidas pelos movimentos e pelos ativistas que suas demandas, ideologias, críticas ou denúncias são apresentadas para a sociedade".

Segundo Gohn (2011) os movimentos sociais "realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social" (GOHN, 2011, p. 336). A autora destaca que no Brasil foi apenas nas três últimas décadas que os movimentos sociais ganharam destaque. A partir da década de 1990, segundo a autora, é possível observar uma qualificação e estruturação dos movimentos, a partir de ações motivadas com mais organização e menos pressão baseada em uma nova cultura e contribuições dos diferentes tipos de movimentos para o processo de democratização do país para reconstrução de valores democráticos (GOHN, 2012).

Gohn (2012) destaca que a partir da década de 1990, há o surgimento de movimentos sociais contrarreformas estatais e de categorias profissionais que surgiram após a aplicação de políticas neoliberais. Há uma expansão nos movimentos de mulheres, movimentos LGBTQI e movimentos da juventude. As Organizações Não Governamentais (ONG's) ganharam força e prestígio a partir do início dos anos 2000, com a realização dos Fóruns Social Mundial e passaram a atuar em parceria com o poder público e a sociedade, prestando serviços e atendendo a população.

O século XXI inaugurou uma nova fase para os movimentos sociais e para a mobilização social. A organização em redes e o uso de tecnologias móveis e a internet passam a ser uma ferramenta para a articulação destes movimentos e essas tecnologias passaram a ser utilizadas amplamente na difusão de informações. A informação evidencia-se como fator que condiciona a ação social e segundo Castells (2013), passa a ser fundamental para os movimentos sociais e para os ativistas. Como explica Raquel Recuero (2009), a conexão em rede permite que os sujeitos sociais se articulem e estabeleçam vínculos identitários com outros sujeitos que possuam demandas semelhantes ou idênticas às suas, criando nós que representam a ligação entre esses sujeitos sociais e isso é fundamental para os movimentos sociais e para a visibilidade dos mesmos:

Os sites de redes sociais permitem os atores sociais estar mais conectados. Isso significa que há um aumento da visibilidade social desses nós. A visibilidade é constituída enquanto um valor porque proporciona que os nós sejamos mais visíveis na rede. Com isso, um

determinado nó pode amplificar os valores que são obtidos através dessas conexões, como o suporte social e as informações. [...] O surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa. Tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais (RECUERO, 2009, p.108).

Este contexto, no qual as relações sociais passam a ser permeadas pela conectividade da internet, favorece os movimentos sociais e especialmente os movimentos feministas, que teve nas duas últimas décadas uma maior ressonância e representatividade no cenário nacional. Isso ocorreu porque grupos de mulheres organizadas em torno de sua causa passaram a se expressar através da rede mundial de computadores, ganhando adeptas a suas causas, legitimando as suas demandas e tornando públicas situações de agressão, discriminação e abusos de todos os tipos. De mesmo modo, estudos sobre gênero, estudos feministas ou que apresentam abordagens sobre a condição da mulher ganharam forma e força e passaram a ser mais comuns nas universidades Brasil afora.

Mesmo reconhecendo que houve um aumento no número desses estudos e que a internet, e especificamente as bases de dados online, contribuíram para a difusão científica acerca do assunto, é evidente que o número de pesquisas, estudos e publicações sobre o tema ainda é insuficiente.

3.2 Feminismos: histórico e conceito

Não há como pensar o feminismo sem reconhecer no machismo, na sociedade patriarcal, a glorificação recebida perante a sociedade. Neste cenário alguns sentem-se dignos de louvor e glorificação enquanto outros, são desclassificados por gênero, cor ou etnia, por exemplo. Ter conhecimento deste contexto se faz necessário a fim de reconhecer algumas particularidades do feminismo como um movimento político coletivo, de caráter internacional semelhante e pluralizado, onde as análises são capazes de representar a realidade. Mary Dietz afirma:

O Feminismo é um movimento político e social, local e global, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos [...] em nome de princípios específicos: igualdade, direitos, liberdade, “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça (DIETZ, 2003, p.399).

Ao nos referirmos ao fim de uma sociedade patriarcal, onde o macho é valorizado, deseja-se uma vivência harmoniosa entre todas as classes e gêneros, onde a mulher não sofrerá na vida pessoal ou profissional, por simplesmente ser mulher e não possuir os mesmos direitos e por isso deve acostumar-se com a violência física, verbal e se calar. Essa cultura de patriarcado é fruto da convicção da superioridade do sexo masculino, pela masculinidade, mas quando características masculinas são observadas em mulheres, torna-se motivo de rejeição. O mesmo acontece quando a feminilidade é manifestada por homens, por defenderem a ideia da existência de apenas dois sexos, a representação é tratada como um erro da natureza.

No Brasil, os direitos das mulheres e a luta por direitos das minorias sempre caminharam lado a lado. Na época do Brasil colônia (1500-1822), quase não houve progresso, existia um comportamento de submissão. As mulheres eram tratadas pelo domínio de seus pais, irmãos, maridos, vivia-se um período de muita repressão, e suas lutas ainda eram concentradas ao direito de votar, direito ao divórcio e ao mercado de trabalho.

Nos anos de 1822 a 1889, emerge a luta pelo direito à educação da mulher e destaca-se as ações da educadora Dionísia Gonçalves Pin, apontada como inovadora em obras e ensaios que abordam a mulher, sendo responsável em iniciar a separação entre o público e o privado. No ano de 1832, publica o primeiro livro: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, uma tradução livre do *Vindication of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft (1792), sob o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1989). O pseudônimo escolhido revela sua personalidade e opções existenciais: Nísia, diminutivo de Dionísia; Floresta, para lembrar o sítio Floresta; Brasileira, como afirmação do sentimento nativista; e, Augusta, uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto. Precursora da primeira escola de meninas no Brasil, foi também incentivadora e grande ativista da liberdade das mulheres na política e seu livro foi referência como o primeiro livro reconhecido por abordar os direitos femininos à instrução e ao trabalho, reivindicando que as mesmas fossem consideradas seres capazes, inteligentes e cidadãs merecedoras de respeito.

Muito à frente do seu tempo surge em 1833 na sociedade Francesa, Flora Tristan, uma jornalista militante que lutou contra um marido possessivo e se tornou a

única provedora de sua família, vítima de preconceitos sentiu na pele a sensação de não se enquadrar nos moldes sociais de sua época, mas procurou de todas as maneiras por mudanças sociais e ideológicas, a escrita foi para Flora Tristan uma arma de luta em causas femininas e de ideais pela justiça social.

Em busca de igualdade nas relações, iniciou-se no século XIX, as chamadas ondas do feminismo, em consequência de uma convenção realizada nos Estados Unidos “Convenção dos direitos das Mulheres” no ano 1848, foi criada uma declaração onde estabeleceu-se os principais protestos das mulheres. A “Primeira Onda”, de acordo com Bonnici (2007), corresponde ao período que vai desde as últimas décadas do século XIX, quando se tornou mais expressiva a luta pelos direitos humanos, até os primeiros anos do século XX, com o movimento das sufragistas, que defendiam direito ao voto feminino. As mulheres ainda não eram conhecidas como Feministas e sim como sufragistas, por realizarem movimentos que começaram na França, Inglaterra e Rússia, demandando não apenas pelo direito ao voto, mas também pelo direito à herança, direito a propriedades e igualdade no contrato de casamento. Na primeira onda começa também entendimentos para que tivessem direito aos estudos, a busca da inserção no mercado de trabalho, da igualdade na remuneração e na vida pública. Na obra “Um teto todo seu” de Virginia Woolf (1980), a autora atribui a pouca produção literária feminina da época, às condições materiais das mulheres, considerando o precário acesso à educação, às experiências da vida e à renda, o que restringe e muito a liberdade intelectual.

O feminismo chamado de “Segunda Onda” foi uma continuação da Primeira Onda Feminista, na qual mulheres reivindicavam o fim da discriminação e a igualdade entre os sexos. Esse movimento surgiu após a Segunda Guerra Mundial e deu prioridade a luta pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o domínio exercido pelos homens.

As feministas começaram a ganhar espaço e conseguiram atenção da sociedade, nessa fase reivindicavam o fim das desigualdades culturais, direitos reprodutivos e discussões sobre a sexualidade. Outra característica importante da Segunda Onda foi a busca da condição feminina em entender os motivos pelos quais as mulheres sofriam tantas opressões.

Com a publicação do Livro “O segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, começaram discussões de pensamentos feministas através de vários pontos de vista,

como: a biologia, psicanálise e o materialismo, essas questões demonstram a realidade feminina na visão do outro. Segundo a autora o estatuto feminino é uma conquista, já que abre o segundo volume de sua obra com a frase emblemática: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). A subordinação feminina está ligada socialmente e economicamente por sua função reprodutiva, o patriarcado enraizado e ao poder de exploração. A filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado” e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista, partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão.

Simone de Beauvoir (2009, p. 210-211) descreve os dois principais problemas enfrentados por mulheres em “O segundo sexo”. O primeiro problema, demonstra-se já no título onde a mulher não exerce o papel principal nas relações, ela sempre é o “outro” um ser assujeitado na sociedade patriarcal, onde seu lugar sempre está em segundo plano. O segundo problema é a maneira que justifica esse discurso, ser o outro não é uma condição determinada pela natureza e sim pela cultura que define o lugar da mulher dessa maneira.

A “Terceira Onda” teve início nos anos 1990, discutindo os padrões definidos nas ondas anteriores. Surgiu como resposta a prováveis erros da segunda onda e foi marcada por críticas fomentadas por Judith Butler em relação ao discurso supressor, onde opressões alcançam mulheres de diferentes maneiras, não incluindo particularidades de determinados grupos, como classe social, raça. Um exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, e sim de uma classe de mulheres financeiramente estáveis; a universalização das mulheres tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média. Além disso, outra particularidade, se propõe, a desconstrução das teorias feministas e representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino. Poderíamos dizer então que o livro “Problemas de Gênero” de Butler (2003) é a grande referência para terceira onda, assim como o livro de Simone de Beauvoir foi na segunda onda e é importante lembrar que o olhar volta-se para a diversidade, para as ideologias e os diversos

grupos com posturas e diferentes ações e não apenas as questões feministas são vistas. A Terceira Onda ficou conhecida como “pós-feminismo”.

O Movimento Feminista, assim como diversos outros movimentos sociais, tem auferido espaços em contextos históricos distintos onde desdobramentos em prol de visibilidades e de direitos que foram e são cerceados, dada a condição em que foram alocados historicamente pelos dispositivos de controle social, faz emergir novas indagações acerca do próprio Movimento Feminista. Na verdade, este estudo compreende que, não existe um Movimento Feminista, composto por um estrato social uniformemente organizado sob o amparo de uma ideologia, mas sim, uma construção interseccional multifacetada que toca não apenas no recorte de Gênero, que o movimento coloca, mas alicerça-se para além da divisão binária compreendendo que não existe uma uniformidade no extrato social que compõe tal movimento, devido aos atravessamentos e relações simbióticas como as variáveis de Raça, Identidade de Gênero, Cultura e Econômica que atravessam os debates e pautas do próprio Movimento Feminista. Neste sentido, é conveniente falar em feminismos, não em feminismo no singular.

Não tem como falarmos do Movimento Feminista sem reconhecer a rica contribuição dos Movimentos Negros presentes na história. Não é difícil encontrar problemas entre movimentos libertários no tratamento de raça e gênero, isso ocorre graças a classificação política e polida especificamente na busca por parte de mulheres brancas que reproduzem dentro de sua própria categoria o racismo perante a classe feminina negra, deixando de lado suas lutas e conquistas, em benefício próprio.

A expressão Feminismo Branco mostra reivindicações femininas em um contexto geral, sem atentar aos diferentes pontos que divergem dentro dele próprio. Isso acontece quando as pautas são amparadas no direito de uma minoria, dentro da própria minoria, silenciando e ignorando diferenças raciais e culturais como: cor, crença, aparência física, classe econômica. O Feminismo Negro emerge no contexto nacional nos anos 80 do século XX, concomitantemente com o fortalecimento do movimento negro no Brasil, fazendo com que grupos de mulheres negras e ativistas surjam e se desenvolvam no cenário nacional em busca de uma demanda diferenciada das pautadas no Movimento Feminista uma vez que a ideia que alicerça tal segmento do Movimento Feminista é que a mulher negra, sofre uma dupla

opressão, sendo uma por gênero (sua condição enquanto mulher) e outra de raça (por ser negra). Tal pauta não foi devidamente representada em outros feminismos o que fez com que tal linha ganhasse força dentro do Movimento Feminista.

A mesma opressão acontece com mulheres transexuais e travestis. Elas buscam ser respeitadas por suas individualidades, procuram viver da melhor maneira o gênero feminino, sem preconceitos dentro da classe feminina, pois tudo que não se encaixa no conceito binário, homem ou mulher é visto com estranheza e preconceito. Um bom exemplo disso são os termos que as nomeiam, muitas vezes carregados por conotações pejorativas e marginais. Segundo o Ministério da Saúde, no livro *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (2015 p.10)

[...] o movimento organizado compreendeu que era preciso tirar o estigma desses termos e afirmar o seu lado positivo. Por isso, resolveu adotar o termo travesti como uma afirmação dessa identidade e, a partir dela, encontrar exemplos positivos para que a sociedade pudesse perceber que essa população é igual às demais. Travestis e transexuais são vistas pela medicina como seres portadores de patologia e de uma Classificação Internacional de Doenças (CID) que lhes identifica. Por isso, são sempre tratadas por códigos de doenças. Nesse sentido, seria correto utilizar o “travestismo” e o “transexualismo”.

No contexto histórico, experiências antes silenciadas ganharam força e foram consideradas importantes de serem narradas como forma de disseminação e estudo. Por meio de práticas sociais, culturais e religiosas, situações escondidas por aqueles que detinham o poder, puderam ser conhecidas e incluídas nos discursos históricos. Práticas femininas foram conhecidas, começando pelos movimentos das trabalhadoras e militantes, por prostitutas, bruxas, parteiras, loucas⁹, entre outras.

3.3 Informação na primeira Biblioteca Feminista do Brasil

Apesar de sermos uma nação multicultural, existem grupos com pouca ou sem nenhuma representação social apesar de serem muitos, situação claramente enfrentada diariamente por mulheres, principalmente por serem vítimas de violência doméstica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência pode ser

⁹ A própria loucura, cuja definição varia ao longo dos séculos, ganhou o rosto da mulher rebelde. A mulher que rejeitava o rótulo social, que não objetivava se casar. A mulher que amava outras mulheres. Aquela que não queria ser mãe. - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/especiais/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo>.

classificada em três modalidades¹⁰ causando todos os tipos de prejuízos emocionais para pessoas que buscam em sua existência não a superioridade masculina, mas a igualdade entre os gêneros.

No início de julho de 2015 foi inaugurada em São Paulo a primeira biblioteca Feminista do Brasil. Localizada na zona leste da capital, recebeu o nome da escritora Cora Coralina¹¹ e se trata de um local amplo decorado por retratos e pinturas produzidos por mulheres. A Biblioteca Feminista surgiu com o propósito de transformação, o espaço traz um grande acervo na área de gênero e diversidade sexual, e surgiu em uma parceria entre as secretarias municipais da Cultura e de Políticas para as mulheres. O acervo foi construído por doações e ainda está em formação.

Aos cuidados da artista Biba Rigo, uma das salas desta biblioteca recebeu ambientação com a temática feminista, contando com a participação das mulheres que, a partir de suas próprias histórias, olhares e experiências, participaram de oficinas de artes visuais e garantiram ao local um visual com destaque para a promoção da autonomia feminina na apropriação de seu espaço, com isso além de proporcionar mais de mil títulos de uma literatura qualificada e específica sobre diversidade sexual, a biblioteca procura também viabilizar a produção não apenas literária, mas acadêmica e artística das mulheres.

Como afirma Almeida Júnior (2004), atividades culturais quando são disseminadas para a população, possibilitam a relação de usuários com a informação e no caso da biblioteca feminista podemos perceber a apropriação pelas mulheres de obras que remetem aos seus direitos sociais e culturais.

A Biblioteca conta com um catálogo online onde o usuário pode localizar o livro de sua casa com fácil acesso e também pode consultar a programação da Biblioteca Feminista que conta com várias atividades, como por exemplo o Projeto Primeira Infância e A Hora da Mediação leitura literária.

¹⁰ Violência Interpessoal: este tipo de violência pode ser físico ou psicológico, ocorrer tanto no espaço público como no privado. São vítimas crianças, jovens, adultos e idosos. Neste tipo de violência destacam-se a violência entre os jovens e a doméstica; Violência Contra Si Mesmo: é aquela em que a própria pessoa se violenta, causando lesões a si mesma, também conhecida como autolesão; Violência Coletiva: é aquela cometida contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008, p. 5)

¹¹ Cora Coralina (1889-1985) foi uma poetisa e contista brasileira, responsável por belos poemas. Foi elogiada por Carlos Drummond de Andrade, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFG e foi eleita com o "Prêmio Juca Pato" da União Brasileira dos Escritores, como intelectual do ano de 1983.

As práticas culturais realizadas na Biblioteca Feminista são frutos de estudos e discussões que foram realizadas pelas Câmaras Municipais do Brasil sobre os Planos Municipais de Educação (PME) onde se tenta abolir o conceito de gênero. A secretária Municipal de Políticas para Mulheres Denise Dau, afirma que:

Um acervo de qualidade dá subsídios para que as pessoas possam pesquisar, ter informações sobre o que são as políticas de igualdade de gênero. Começa-se a conhecer mais profundamente a questão do feminismo, e que ele significa a construção da igualdade entre homens e mulheres, não obrigar que as pessoas tenham orientações sexuais induzidas ou promover uma cultura que desvalorize o homem e só valorize a mulher¹².

A secretária ainda completa dizendo “Ter um espaço que valorize o tema como um tema científico, técnico, com dados, ajuda a mostrar como isso é importante para a educação, mostra que isso tem que estar contemplado no currículo escolar”. Esta afirmação iria ao encontro dos objetivos da presente dissertação onde se estuda a presença e reconhecimento do tema na pesquisa indexada nas bases de dados acadêmicas.

A Biblioteca Feminista é realmente a única do Brasil, foi inspirada em um modelo Francês da Biblioteca Feminista de Paris, possui um acervo composto por obras doadas que tratam assuntos sobre a mulher, os problemas e as desigualdades enfrentadas no Brasil como pelo mundo afora. A maior parte do público frequentador da biblioteca são mulheres de Guaianazes, Zona Leste de São Paulo. Segundo o bibliotecário Cléo Lima, a zona leste da cidade é uma área violenta, mas que as ações culturais propostas têm melhorado e ajudado a comunidade. Na Universidade de Campinas, existe um Núcleo de Estudos de Gênero “O Pagu”¹³ que integra a Coordenadoria de Centros e Núcleos – COCEN, vinculado à reitoria da Universidade Estadual de Campinas. São 21 centros e núcleos interdisciplinares onde são desenvolvidos projetos que estão ligados a estudantes de graduação, especialização, mestrado e doutorado, os projetos desenvolvidos são financiados por diversas instituições financeiras nacionais e internacionais, como: FAPESP, CNPq, CAPES, Fundação Ford, Comunidade Européia e órgãos de governos municipais,

¹² <https://www.revistaforum.com.br/semanal/cora-coralina-a-primeira-biblioteca-feminista-de-sao-paulo/>

¹³ <https://www.pagu.unicamp.br/es/node/1>

estaduais e Federal.

A interdisciplinaridade, abre espaços pelas diversas vertentes da da problemática associada ao conceito de gênero – sociais, econômicas, antropológicas, históricas e políticas, sendo estruturadas nas linhas de pesquisa:

- 1) Arenas de agenciamento, ações políticas e políticas públicas;
- 2) Curso da vida e geração;
- 3) Intimidades: parentesco, relações amorosas, cuidado;
- 4) Migrações, mobilidades territoriais e transnacionalidades;
- 5) Produção cultural, cultura visual e mídia;
- 6) Relações de Trabalho;
- 7) Saberes científicos;
- 8) Sexualidade;
- 9) Teorias feministas, de gênero e perspectivas disciplinares;
- 10) Violência, tráfico de pessoas, prisões, distribuição de justiça e práticas jurídicas.

Pudemos constatar que a biblioteca carrega um propósito cultural muito grande, pois é apoiada pela secretaria da cultura, com isso são elaboradas programações em uma sala temática que contam com a participação de todos que queiram participar e os eventos são gratuitos. Para os idealistas desses projetos o propósito é de expansão do conjunto de obras, aumento da discussão e a incursão de homens para dentro das atividades.

4 Organização do conhecimento e representação das e para mulheres

Para compreender melhor a atuação de tal pesquisa no âmbito da Ciência da Informação sob a óptica da Organização do Conhecimento, destaca-se o argumento na natureza interdisciplinar da Ciência da Informação (LE COADIC, 2004; SARACEVIC, 1996), que como outros campos interdisciplinares, emerge no contexto social no período dito da revolução técnica e científica que sobrevém no cenário pós Segunda Guerra Mundial.

Entende-se a Organização do Conhecimento como área de estudos da Ciência da Informação, apresentando competências que auxiliam e contribuem para investigações da produção e o uso do conhecimento. A organização do conhecimento é um campo científico que busca

[...] apresentar um modelo conceitual adequado às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso do conhecimento, e pretende operar como instrumento de tratamento da informação, e da gestão de uso da informação, abarcador e integrador dos fenômenos e das aplicações vinculados à estruturação, à disposição, ao acesso e à difusão do conhecimento socializado. (BARITÉ, 2001, p. 39-40).

A busca da informação dentro de uma biblioteca ou base de dados está intimamente relacionada com a maneira que o documento fora processado, trabalhado e representado através de terminologias adotadas em vocabulários controlados, cabeçalhos de assuntos e em Tesouros, com o objetivo de especificar a classificação, indexação e a recuperação da informação dentro do acervo físico ou digital. O trabalho do bibliotecário em nomear a informação, carrega para si o poder de conferir uma inscrição ao seu conteúdo, devendo ser um trabalho imparcial, objetivando a recuperação da informação por parte dos usuários. Os catálogos de bibliotecas não são instrumentos neutros e, por serem construídos. [...] não refletem passivamente os valores dominantes da sociedade de forma neutra ou objetiva, mas selecionam os valores para expressá-la (OLSON, 2002, p. 2).

Os aspetos teóricos das epistemologias feministas na organização do conhecimento foram revisados por Fox e Olson (2012). Num campo mais prático, Milani e Guimarães (2010) verificaram quais termos são utilizados pelas linguagens de indexação brasileiras para representar tópicos relacionados às mulheres e quais são as suas relações sintagmáticas e paradigmáticas. Para isso, a autora verificou a presença dos termos: feminilidade; feminina(s); feminino(s); feminismo(s);

feminista(s); materna(o); maternal; mulher(es), e os respectivos termos em inglês em quatro linguagens de indexação brasileiras. Foi identificado um conjunto de 360 descritores: 68,33% na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, 11,67% no Vocabulário Controlado Básico, 16,39% no Vocabulário Controlado USP e 3,61% na Classificação Decimal de Direito.

Aspirando estudos críticos sobre instrumentos relacionados a organização do conhecimento e representação de assunto em documentos. Milani (2017) afirma que:

[...] a atuação do profissional bibliotecário é permeada pela dicotomia entre a não neutralidade do processo de organização e representação do conhecimento bem como de seus instrumentos, e o compromisso ético do profissional da informação em buscar corresponder de forma mais rápida e precisa às necessidades de uma comunidade usuária cada vez mais culturalmente diversificada” (MILANI, 2017, p.19)

Em um amplo aspecto embora os bibliotecários busquem amparar diversas perspectivas na catalogação de assuntos, por vezes, reproduzem alguma discriminação ou má-representação no tocante aos grupos de pessoas marginalizadas, esse tipo de problema é recorrente em catálogos de bibliotecas. Existem poucas referências sobre o assunto trabalhado dentro da Organização do Conhecimento. Bibliotecas não devem ser ambientes administrativos e organizacionais que buscam muitas vezes limpar termos ou mesmo embelezá-los a fim de se manter um tipo de ordem, devem ser humanizadas tendo em vista a necessidade dos usuários, entretanto não podemos esquecer que para cumprir esse papel de ponte, nós lidamos com linguagens naturais e construídas e com diversos fenômenos linguísticos. Nesse sentido é necessário promover uma padronização de linguagens de indexação que possibilite a recuperação precisa da informação. Para isso precisamos de linguagens construídas a partir de regras rígidas e algumas garantias (literária, de uso e até cultural).

Exemplo de falta de visibilidade encontrada por mulheres são os poemas de Tatiana de la tierra, que em seus textos assinava seu nome em letras minúsculas como uma forma de protesto onde buscava e exigia voz e visibilidade, com uma diária reflexão sobre determinados assuntos, principalmente os mais polêmicos.

Grupos marginalizados, também conhecidos como grupos interseccionais, isto é, grupos de pessoas que pertencem a mais de um grupo marginalizado (por exemplo: mulheres negras), encontramos apenas os estudos empreendidos por Fox

(2016), Martínez-Ávila (2013), Hogan (2010), de la tierra (2008) e Olson (2002) e Tatiana de la tierra (2008). Sendo assim este estudo trás para a realidade profissional a busca no constante aperfeiçoamento profissional para que injustiças e preconceitos sejam evitados no momento da indexação.

5 Discussão e Resultados

Por meio da análise de domínio torna-se possível verificar o que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados (DANUELLO, 2007). De acordo com as análises iniciais, é possível vislumbrar que a produção de artigos científicos acerca do domínio do Feminismo no Brasil tem auferido largo espaço e amplo aspecto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Tal afirmação pode ser comprovada a partir da recuperação de documentos na base *Scopus*, que foi utilizada como fonte de pesquisa para esse estudo. A coleta foi realizada considerando o período de 1999 a 2018, tendo exclusivamente a base *Scopus* como universo da pesquisa. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi organizada em três etapas: Etapa 1 – Coleta da produção sobre o feminismo na base Scopus; Etapa 2 – Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil; e Etapa 3 – Análise de bibliométrica dos artigos sobre feminismo no Brasil.

Primeira etapa - Coleta dos dados. Conforme indicado na introdução deste texto, a busca foi realizada em abril de 2018 a partir do termo *Feminism*, que foi verificado nos metadados título, resumo e palavras-chave e como resultado foram recuperados 17.672 documentos. Destes, após um refinamento entre os tipos de documentos recuperados, foram selecionados 11.791 artigos e entre eles, a partir da seleção por país, indicando o Brasil, foram recuperados 167 documentos, constituindo o corpus da pesquisa.

Segunda Etapa - Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil, aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados. Para a pesquisa caracterizou-se o Feminismo como o domínio necessário para o desenvolvimento do estudo, dentro deste contexto selecionou-se termos dentro do título, nos resumos e nas palavras-chave. Depois de realizada a seleção dos termos, uma nuvem de Tags foi construída para melhor visualização do domínio estudado. Para criação da nuvem de Tags visualizadas segundo a densidade do texto no contexto analisado, tem sua representação categorizada de acordo com a recorrência de palavras utilizadas em um determinado conteúdo de um website. *Tag (tég)* é "etiqueta", "rótulo" ou "legenda", para tanto foi utilizado o programa *voyant-tools*, na construção da nuvem.

Figura 1: Nuvem de Tags oriunda das Palavras-chaves

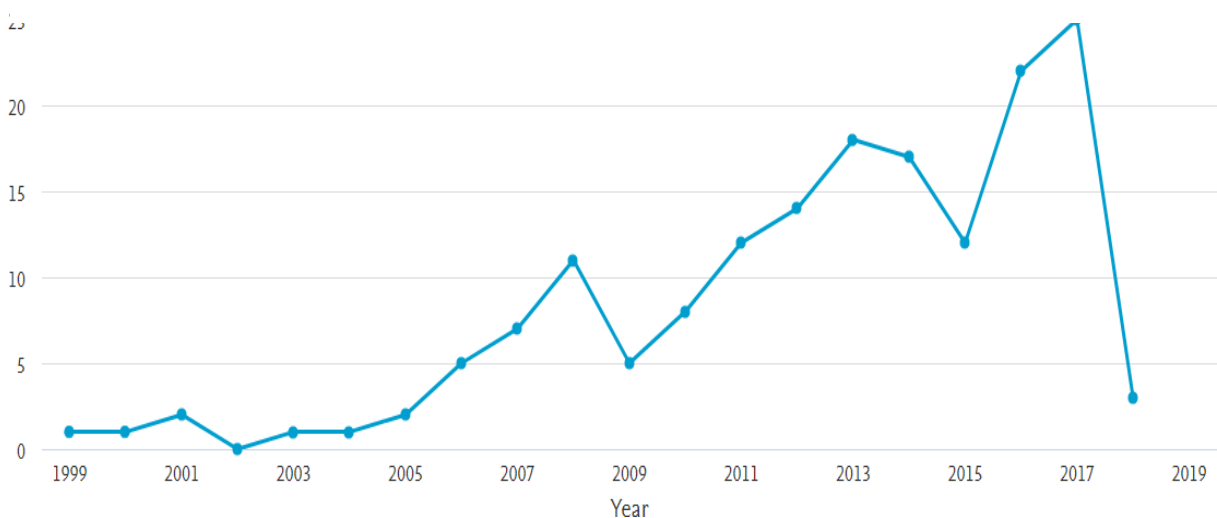


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Por meio da recuperação terminológica, ao procurar na base de dados o termo Feminismo em inglês, pode-se constatar o quão desafiador é promover um controle terminológico, claro que sempre algo pode ser perdido, sendo assim, nota-se a necessidade de entendermos seu funcionamento e suas limitações e buscar aprimorá-lo no momento da indexação do documento. No caso da base de dados *Scopus* nota-se que houve uma recuperação efetiva da informação, prova disso foi a representação acima da Nuvens de *Tags*

Etapa 3 - As análises bibliométricas são apresentadas nos gráficos a seguir, que mostram a evolução das publicações e seus aspectos de produção, começando por ano, instituições e área do conhecimento. Da análise dos 167 artigos publicados em 20 anos, tal como na Figura 2, nota-se que do total apenas 1 documento foi publicado em 1999, e que as maiores publicações começaram a aumentar significativamente a partir do ano de 2008. Nota-se que esse aumento na produção ocorreu após alguns acontecimentos que foram marcadas como grandes conquistas no universo feminino, dentre eles está a Lei Maria da Penha de 2006.

Figura 2: Evolução do número de documentos por ano



Fonte: base de dados *Scopus*.

A lei Maria da Penha (11.240/06), cria mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Destaca-se que, a maior frequência de publicações foi o ano 2017 (com 25 publicações) seguido do ano 2016 com 22. O ano 2018 apresenta um número menor de publicações de apenas 3 documentos, este número pode ser explicado pelo fato da pesquisa ter sido iniciada em abril de 2018, pelo tanto ter um número de trabalhos indexados menor.

Das instituições mais produtivas (Figura 3).

A Universidade de São Paulo (USP)¹⁴ é sem dúvidas a instituição de maior publicação. Com o intuito de implementar trabalhos direcionados à igualdade de gênero dentro da Universidade de São Paulo, foi criado em 2016 o USP Mulheres, um movimento que busca a inclusão feminina em todas as áreas e cargos, para que não haja discriminação como desqualificação moral, psicológica e assédio. Uma tarefa proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) a 10 governos, 10 empresas e 10 universidades no mundo (Impacto 10X10X10), a USP foi a única universidade da América Latina convidada a participar, universidades da Europa, Japão, África e América do Norte ficaram de fora.

O Movimento USP Mulheres busca:

- Prevenir a violência contra as mulheres no campus da USP;
- Promover cidades seguras para as mulheres;
- Utilizar o esporte como ferramenta para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A USP criou algumas atividades importantes dentro da universidade, algumas delas são:

1. Campanhas educativas que buscam o desenvolvimento social em relação aos estereótipos de gênero a fim da conscientização acerca da violência e do machismo que impedem que as mulheres sejam vistas como sujeitos de direitos.

2. Durante o mês de março o USP MULHERES criou O “Dia internacional das Mulheres com Arte” com a realização de atividades em todas as unidades sobre a temática de gênero. A programação foi composta por mostra de filmes, rodas de conversa, palestras, oficinas, grafites.

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC¹⁵ começou no ano de 1991 o

¹⁴ <http://www.reitoria.usp.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-USP-mulheres-2016-2017.pdf>

¹⁵ <http://nigs.ufsc.br/>

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) vem desenvolvendo pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero e de Metodologia de Pesquisa. Os projetos de pesquisa nele desenvolvidos têm sido apoiados por diferentes agências financiadoras (CNPq, CAPES, Développement et Paix, Concursos Fundação Carlos Chagas/Ford, Fundação MacArthur, Fundação Ford, Fun Extensão/UFSC, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). O NIGS mantém diversas parcerias com equipes de investigação de outras universidades brasileiras e europeias, Organizações Não governamentais e movimentos sociais, realizando regularmente eventos acadêmicos, jornadas de estudos e oficinas em torno das temáticas de gênero, direitos reprodutivos, direitos sexuais e violência contra mulher.

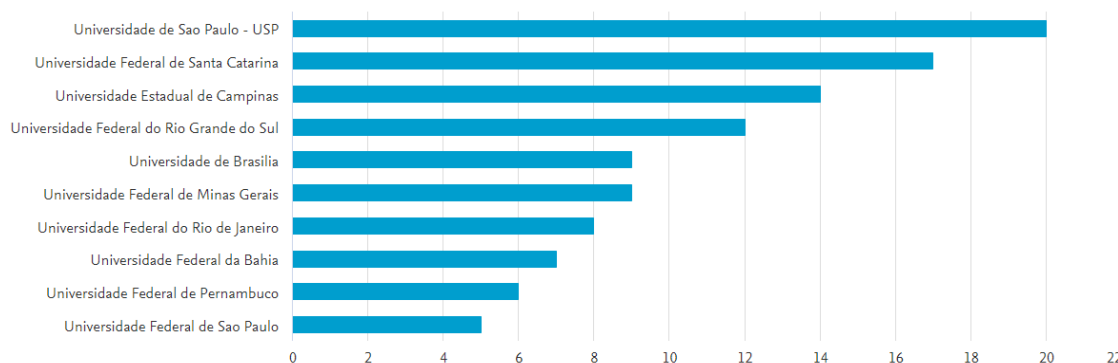
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)¹⁶, oferece grande cuidado e amplo atendimento à saúde da mulher através de seu Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), um hospital de referência nacional inaugurado em março de 1986 para casos de emergência, tratamento de câncer ginecológico e mamário. Voltado ao ensino, pesquisa e extensão à saúde da mulher e do recém-nascido, está localizado dentro do complexo hospitalar da área de saúde da UNICAMP, atendendo exclusivamente através do SUS visando a população feminina nas distintas faixas etárias. Sua missão é propiciar o desenvolvimento das atividades de ensino de em graduação e pós-graduação relacionadas com diretrizes da Faculdade de Ciências Médicas (FCM); proporcionar atividades de formação, capacitação técnico-profissional e de educação continuada para recursos humanos na área de saúde; realizar atividades de pesquisa no campo da saúde da mulher e do recém-nascido. Sendo assim várias pesquisas relacionadas à saúde da mulher são realizadas anualmente, justificando o grande número de produtividade acadêmica.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está em quarto lugar em produção sobre o tema. Isso acontece devido ao grande número de movimentos Feministas realizados dentro da universidade. A UFRGS atua como articuladora dos segmentos Femininos fomentando o ensino e a pesquisa sobre questões de gênero por meio de atividades e eventos junto a comunidades científicas feministas locais, nacionais e internacionais. Aumentando assim de maneira significativa a produção científica sobre o assunto. Dentro da universidade existe o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), o núcleo conta com a participação de

¹⁶ www.caism.unicamp.br

professores, pesquisadores, funcionários e alunos de diversas áreas.

Figura 3: Ranking das dez instituições mais produtivas



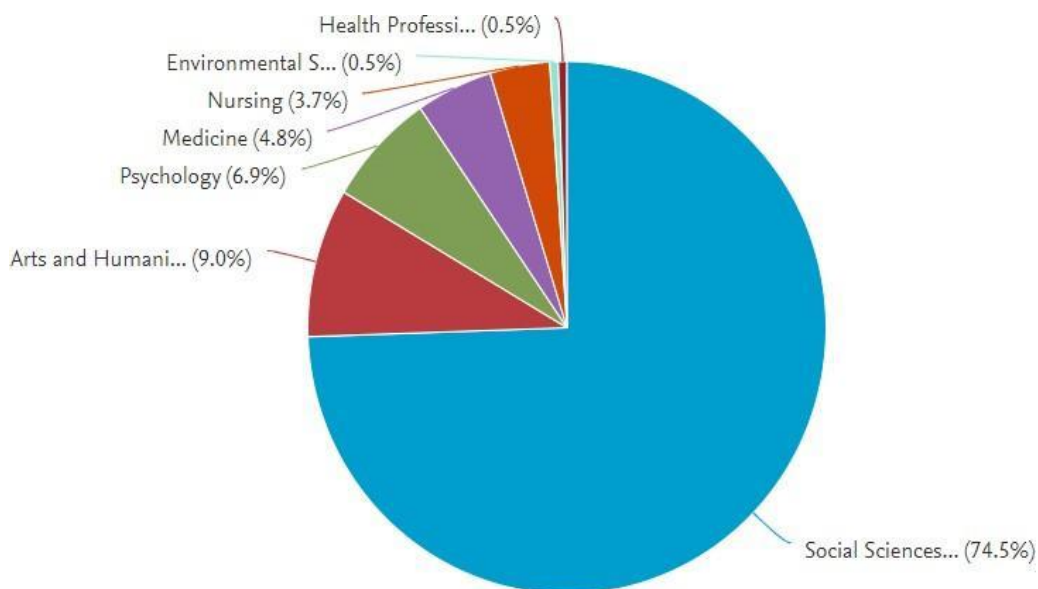
Fonte: Base de Dados *Scopus*

A análise das áreas de maior publicação na *Scopus* sobre feminismo (Figura 4) mostra uma predominância das Ciências Sociais. Pode-se observar que cerca 74,5% da produção científica encontrada na *Scopus* foi no campo das Ciências Sociais, mostrando relações de domínio e poder que dividem o mundo social e excluem gêneros, não justificando ausência de mulheres na política, na presença constante em notícias sobre violência, na sexualidade domesticada e tantas outras formas de depreciação da mulher. Os movimentos sociais feministas, lutam e trabalham contra a situação de inferioridade em que a mulher ainda vive na sociedade, buscando: o fim da desigualdade salarial (na prática) entre homens e mulheres; igualdade e a participação das mulheres no cenário político do país, tanto na ocupação de cargos políticos como na tomada de decisões; Discussões sobre saúde ligadas diretamente à condição de ser mulher: como prevenção de doenças, sexualidade e discussão sobre o direito ao aborto; combate aos diferentes tipos de assédio, como o moral e o sexual; Fim da violência contra a mulher: violências dentro de relacionamentos, violência sexual, assédio moral, violência obstétrica.

Um grande avanço nas conquistas sociais foi a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos, outra grande conquista e provavelmente a mais conhecida das ações de proteção às vítimas seja a Lei Maria da Penha. O movimento feminista brasileiro pode contar com os esforços da Secretaria de Políticas das Mulheres, que atua não apenas pela redução da desigualdade dos gêneros, mas também para ajudar na redução da miséria e de pobreza

para, assim, garantir a autonomia econômica das brasileiras.

Figura 4: Distribuição de documentos por área de conhecimento



Fonte: Base de Dados *Scopus*.

Após a seleção dos textos, criou-se uma tabela com os principais dados coletados, dos 167 artigos, necessários para realização do trabalho, exemplo:

Foram recuperadas as seguintes informações:

1. Ano;
2. Título;
3. Autor ou Autores;
4. Instituição ou Instituições;
5. Periódicos;
6. Palavras-chaves;
7. País;
8. Área do conhecimento.

Para categorizar as Palavras-Chaves encontradas no texto, foi feito a tradução dos termos representados em inglês para o português, essa atitude justifica-se pelo fato de se tratar de uma pesquisa Brasileira, tornando o entendimento mais acessível ao público alvo.

Durante a evolução das análises, alguns termos, como: Mãe, Estilos, Infidelidade, Lágrimas, Turismo, Solteiro, sofreram exclusão por se tratarem de

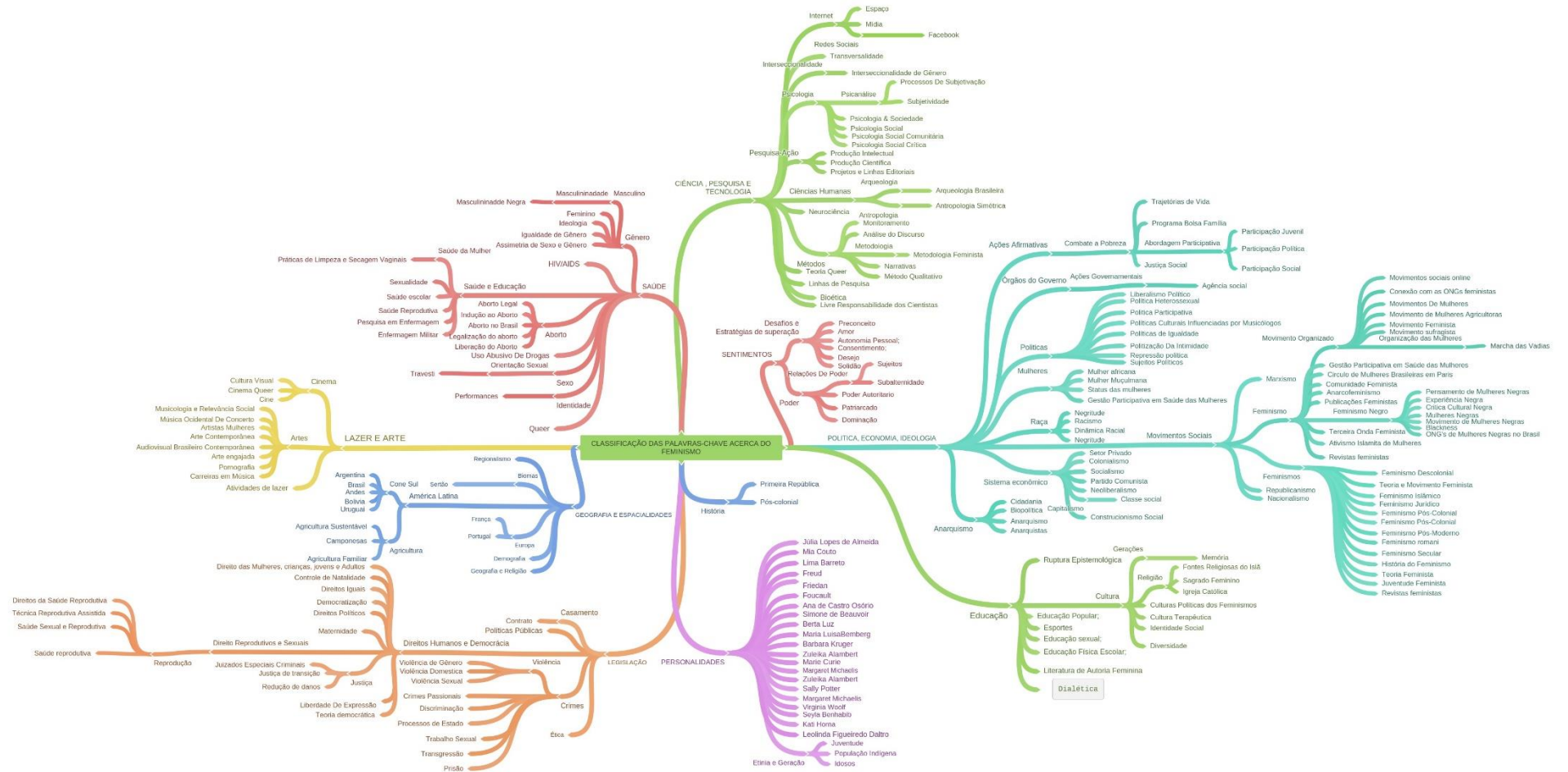
palavras vazias de sentido ou relação que possibilitassem seu agrupamento nas categorias criadas pela autora.

Para classificação das palavras diferenciou-se os dois termos, pois cada um carrega um sentido histórico em seu contexto. Feminismos subentende um conjunto de atividades, uma corrente plural de pensamentos e ações coletivas, políticas, ideológicas que não estão centradas apenas nas mulheres individualmente, no caso do Feminismo.

A Historiadora Anne Cova (1998) afirma que a expressão “Feminismos” esconde um mosaico de situações diferentes muito afastadas de um conjunto homogêneo, sendo que aparente comunhão de ideologias sob a bandeira do Feminismo, esconde uma variedade de Feminismos. (COVA, 1998, apud TAVARES, 2010, p. 33)

Após a os ajustes necessários, criou-se uma categorização específica para classificação das palavras chaves, assim pudemos ter uma ideia de modo amplo da maneira de pensar por parte dos autores na busca da melhor representação dos artigos.

Figura 5: Representação da Classificação das palavras-chave que compõe a amostra do estudo



Fonte: Elaborado pela a autora, 2019.

6 Considerações finais

Após o término da análise de dados se pode concluir que a produção científica que apresenta o Feminismo como Tema e/ou Objeto de estudos tem auferido largo espaço no âmbito acadêmico de forma a representar um extrato de produção relevante, apesar de compreender que, as relações foram construídas historicamente e os discursos enraizados na sociedade, em que a mulher fora subordinada e alocada em condição de inferioridade. Logo, em todas as áreas do conhecimento pesquisados se pode perceber vertentes feministas construindo um processo social amplo no campo da produção do conhecimento.

Notou-se um crescimento significativo da produção acadêmica por meio da Ciências Sociais enquanto área do conhecimento, fazendo com que a população não só acadêmica, tivesse acesso a trabalhos desenvolvidos dentro e fora das universidades, ancorando-se no tripé das instituições de maior produção acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão). A produção científica apresentou um crescimento ascendente após a implementação da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei 13.104), ambas contribuíram de forma profunda e irreversível para os processos de subjetivação e construção de uma sociedade com padrões de equidade não tão dispares.

Inicialmente propôs-se uma aporte acadêmico para uma maior contribuição para o aumento de debates em relação ao Feminismo, a liberdade que a mulher possui em escolher como deve levar a vida, não sendo excluída e tendo o total respeito por parte da sociedade.

No decorrer do processo de busca e refinamento da amostra foram encontrados problemas que devem ser relatados para possibilitar um melhor entendimento acerca da base de dados scopus, além de servir de subsídio para outros pesquisadores interessados em desenvolver pesquisas na base supracitada. Uma das mais recorrentes problemáticas encontradas foi a de descritores inadequados. Compreende-se que os descritores são fornecidos pelos autores como forma de melhor representar tematicamente seu estudo, entretanto alguns artigos apresentam descritores que não vislumbravam o conteúdo de obra. Ressalta-se que esse problema não tem origem na base de dados, e sim no processo de representação ao qual o autor elegeu para seu documento e que foi preservado pela base de dados. Outro problema identificado pela autora é que a base de dados é acerca de sua

exaustividade satisfatória, mas uma especificidade não satisfatória.

Inicialmente objetivou-se compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados *Scopus*. Tal objetivo fora alcançado de forma satisfatória e com possibilidades de desdobramentos que vem a contribuir de forma mais sólida para o âmbito acadêmico, social e pessoal. Ressalta-se, os desdobramentos acerca da influência da legislação - lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei 13.104), para além da interseccionalidade com a Ciência da Informação e suas áreas afins podem e serão trabalhadas em estudos vindouros.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Informação pública: conceitos e espaços. Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, v. 1, p. 71-81, 2004.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60

BEAK, J.; GLOVER, J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S.O. International Comparative Study Analyzing Knowledge Organization Research Topics in Four Countries - Brazil, South Korea, Spain and United States. In: Conference 2013 Proceedings: Data, Innovation, Wisdom, Scholarship in Action, edited by Linda Schamber, iSchools, pp. 668-70.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Volume único. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BORKO, Harold. Ciência da Informação: o que é isto. American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BUFREM, Leilah. Santiago. Configurações da pesquisa em ciência da informação. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAFÉ, Ligia Maria Arruda; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 13, n. 1, p. 54-75, 2008.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. [Anais eletrônicos...]. Belo Horizonte: Programa de Pósgraduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CHARTIER, R. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica", Cadernos PAGU, no.4, Unicamp, 1995.

collection at the University of Texas at Austin. Progressive Librarian, Saint Paul, n.

DANUELLO, Jane Coelho. Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007.

DE LA TIERRA, T. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: ROBERTO, K. R. Radical Cataloging: Essays at the Front. Jefferson: McFarland & Company, 2008. p. 94-102.

DIETZ, Mary G. Current controversies in feminist theory. Annual Review of Political Science, n. 6, 2003, p.399-431.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 151- 172.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. Scire, v.1, n.1, p.149-157, 1995.

FLORESTA, Nísia; DUARTE, Constância Lima. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. São Paulo: Cortez, 1989.

FOX, M. J. 'Priorities of Arrangement' or a 'Hierarchy of Oppressions?': Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. Knowledge Organization, Würzburg, v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016.

FOX, M. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S. O. A interseccionalidade e o respeito às pessoas na organização do conhecimento. Informação, conhecimento e modelos. Campinas: Unicamp, p. 239-253, 2017.

FOX, Melodie; OLSON, Hope A. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. In SMIRAGLIA, Richard P.; LEE, Hur-Li (eds.). Cultural Frames of Knowledge. Würzburg, Germany: Ergon, 2012, p. 79-97.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n. 47, pp. 333-361, maio-ago, 2011.

GOHN, M. da G. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. Ciência da Informação, v. 43, n. 1, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006

HJØRLAND, B. Domain analysis in Information Science: Eleven approaches – traditional well as innovative. Journal of Documentation, v.58, n.4, p.422-462, 2002

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. Bulletin of the American Society for Information Science and Technology, v. 30, n.3, 2004.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, Birger (2017). *Domain Analysis // Knowledge Organization* 44:6 (2017) 436-464.

HOGAN, K. "Breaking secrets" in the catalog: proposing the black queer studies34/35, p. 50-57, 2010.

LE COADIC, Yves-François. *La science de l'information*. Presses universitaires de France, 2004.

LUVIZOTTO, C. K.; AMÔR, A. C. C.; CALDEIRA, P. S. Estudo das abordagens sobre o "Massacre do Centro Cívico" nas revistas *Carta Capital* e *Revista Fórum*. *Braz.journal.res.*, Brasília-DF, Vol.14, N.2, Agosto-2018.

MARTINEZ-AVILA, D. Interseccionalidad: un problema logico en la representacion. In: Alejandro GAITA, A. et al. *La uni en la calle*. Madrid: La Marea, 2013. p. 132-133.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. *Knowledge Organization* Vol. 43, N. 2, 2016, p. 118-125.

MATOS, Gislaine Imaculada de. *Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas*. 2018.

MATOS, Gislaine Imaculada; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. *Estudo de Gênero e Feminismo: Uma Análise Bibliométrica da Revista Estudos Feministas*. *Informação, conhecimento e modelos*. v. 78, 2017, p. 285-298.

MILANI, S. O. *Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, Rome, 23-26 February 2010*. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. p. 424- 429. (*Advances in Knowledge Organization*, 12).

MILANI, Suellen O. *Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 9, n. 1, p. 1, 2015.

MOYA-ANEGÓN, F.; HERRERO-SOLANA, V. Análisis de dominio de la revista mexicana de investigación bibliotecológica. *Información, cultura y sociedad*, n. 5, 2001, p. 10-28

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos*

de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p.647-654, set./ dez. 2006.

OLSON, H.A.. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries* Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. *Metamorfoses jornalísticas*, v. 2, p. 1-269, 2009.

RIBEIRO, C. G. & COUTINHO, M. L. L. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

SARACEVIC, Tefko. Relevância reconsiderada. In: *Anais da segunda conferência sobre concepções de biblioteconomia e ciência da informação (CoLIS 2)* . Nova Iorque: ACM, 1996. p. 201-218.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, v. 13 (28), pp. 13-34, 2014.

SCOTT, J. (1988), *Gender and the politics of history*. Nova York, Columbia University Press. UM Breve histórico sobre a mulher < [tps://araretamaumamulher.pt/16871.htm](https://araretamaumamulher.pt/16871.htm)>

SIMPSON, Keila; BRASIL. Transexualidade e travestilidade na saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, p. 9-15, 2015.

SMIRAGLIA, R.P. Domain Analysis of Domain Analysis for Knowledge Organization: Observations on an Emergent Methodological Cluster. *Knowledge Organization*, v.42, no.8, p.602-611, 2015.

SMIRAGLIA, R.P. Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. In: *Proceedings of Annual CAIS/ACSI Conference*, Fredericton, Canada, 39, 2011.

SMIRAGLIA, R.P. Epistemology of Domain Analysis. In: LEE, H-L.; SMIRAGLIA, R.P. (ed.). Cultural frames of knowledge. Wurzburg: Ergon, p.111-124, 2012.

TAVARES, M. Feminismos, Percursos e Desafios. Feminismos em Portugal (1947–2007), 2010.

TENNIS, J.T. Two Axes of Domain Analysis. Knowledge Organization, v. 30, n.3/4, p.191-195, 2003.

WOLLSTONECRAFT, Mary. A Vindication of the Rights of Woman ... Vol...1. London: J. Johnson, 1792

WOOLF, Virginia. **Um Teto todo Seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista. BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas, v. 3, p. 217-242, 2009.